

Boletim



Coordenação da “Auditoria Cidadã da Dívida” – nº 6 – 17 de abril de 2003



Vejam neste número

Um balanço dos 8 anos de FHC

- O Brasil pagou, por suas dívidas (interna e externa), muito mais que recebeu de empréstimos, e mesmo assim as dívidas se multiplicaram;
- Os dólares do investimento estrangeiro nem chegaram a entrar no país, saíram para cobrir o rombo das contas externas;
- Os resultados: desnacionalização produtiva, o baixo crescimento, o desemprego (pág 7)

Somos credores, não devedores

Caso os credores internacionais não tivessem aumentado unilateralmente as taxas de juros no final da década de 70, teríamos pago a dívida em 1989, e ainda teríamos a receber mais de US\$ 100 bilhões (pág 5).

Elaboração

Rodrigo Vieira de Ávila
Economista – Auditoria Cidadã da Dívida

Números da dívida: os 2 primeiros meses do governo Lula

Vejam quanto o país pagou de juros nos primeiros 2 meses do ano, quanto a dívida cresceu, e quanto foi destinado a todas as áreas sociais. (pág 2)

As atividades da Auditoria Cidadã em 2002

Enquanto o Congresso Nacional continua se omitindo em sua obrigação constitucional de auditar nossa dívida, vejam o que a Auditoria Cidadã realizou ano passado. (pág 3)

A Dívida Externa dos EUA e a guerra no Iraque

Enquanto o Brasil paga sua dívida externa com recessão, desemprego e exportações, os EUA pagam a sua apenas com a manutenção de um mito: o dólar como moeda forte. Mito este defendido, se necessário, pela força das armas. (pág 9)

Números da dívida – Os 2 primeiros meses do governo Lula

Em janeiro e fevereiro de 2003, o Governo Federal, os Estados e Municípios pagaram R\$ 32,2 bilhões de juros, o que correspondeu a 13,19% do PIB (isto é, tudo que o país produziu nos primeiros 2 meses do ano). Somente o Governo Federal gastou R\$ 18,8 bilhões de juros, mas somente conseguiu pagar com dinheiro do orçamento R\$ 11,3 bi (o chamado “Superávit Primário”). Os mais de R\$ 7 bilhões restantes o governo paga se endividando mais, isto é, tomando novos empréstimos, numa ciranda sem fim.

Se observarmos a tabela abaixo, que retrata o orçamento federal, veremos que, enquanto foram programados para o ano R\$ 140 bilhões para o pagamento das dívidas externa e interna, apenas metade disto será destinado a todas as áreas sociais listadas. Quando consideramos o gasto já realizado em janeiro e fevereiro, vemos que foram destinados à dívida mais de R\$ 17 bi, mais do dobro dos R\$ 7 bilhões gastos com todas as áreas sociais listadas (Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária e Energia). E a dívida diminuiu por causa deste enorme sacrifício imposto à sociedade? Como sempre, não. Se considerarmos somente a dívida mobiliária federal interna, esta passou de R\$ 687,3 bilhões em dezembro de 2002 para R\$ 720,71 bi em fevereiro de 2003. A Dívida Consolidada da União, que soma esta dívida com a externa, chegou a R\$ 1,209 trilhão, em 31/1/2003.

Na tabela abaixo observamos também que, enquanto o governo já gastou até fevereiro 12,31% do que foi programado para o ano para o pagamento da dívida, apenas aplicou 9,04% dos gastos sociais. Além disto, gastos fundamentais estão sendo relegados a segundo plano, como a habitação e saneamento, onde nada foi gasto, apesar da liberdade que o governo tem para aplicar esses recursos.

GOVERNO FEDERAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento (itens selecionados)	Previsto (R\$ mil) (Dotação Anual)	Realizado até fevereiro (R\$ mil) (Valores Liquidados)	Liquidado (%)
Segurança Pública	2.759.443	346.229	12,55
Assistência Social	8.611.537	902.893	10,48
Saúde	27.782.999	3.306.658	11,90
Educação	14.461.899	1.513.156	10,46
Cultura	348.554	17.833	5,12
Urbanismo	912.976	399	0,04
Habitação	296.063	0	0,00
Saneamento	224.239	0	0,00
Gestão Ambiental	2.326.203	47.356	2,04
Ciência e Tecnologia	2.093.428	116.769	5,58
Agricultura	8.998.344	424.642	4,72
Organização Agrária	1.599.299	36.642	2,29
Energia	2.138.639	223.315	10,44
Transporte	5.277.769	102.834	1,95
TOTAL DOS GASTOS SOCIAIS	77.831.392	7.038.726	9,04
SERVIÇO DA DÍVIDA	140.976.655	17.356.010	12,31
Serviço da Dívida Interna	110.438.971	13.322.230	12,06
Serviço da Dívida Externa	30.537.684	4.033.780	13,21

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal e Outros Demonstrativos, Dezembro, pág 12. Disponível no site:

http://www.stn.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/gestao_orcamentaria.asp

Enquanto isto, a dívida externa atingiu em dezembro de 2002 (segundo a última informação do governo) a cifra de US\$ 227,7 bilhões, o que já reflete os 2 primeiros saques do último acordo com o FMI (que totalizaram US\$ 6 bilhões). Em 2002, a despeito de termos pago US\$ 13,1 bilhões de juros, essa dívida ainda aumentou (ela era de US\$ 226 bi em dez/2001).

Nos primeiros 2 meses de 2003, o comemorado saldo comercial (de US\$ 2,2 bi) continuou sendo totalmente utilizado para pagarmos os juros desta dívida (US\$ 1,9 bilhão), e as remessas de lucros das multinacionais aqui instaladas (US\$ 382 milhões). Ou seja, continuamos a drenar as riquezas do país para o exterior, sob o pretexto de pagarmos apenas os juros de uma dívida que já pagamos (ver artigo da pág 5).

As atividades da Auditoria Cidadã em 2002

No ano de 2002, o grupo da Auditoria Cidadã realizou e participou de inúmeros Seminários, em vários estados, editou livro, vídeo, cartilhas e panfletos, inclusive sobre a ALCA. Detalhamos as principais ações realizadas em 2002:

Fórum Social Mundial 2002

A Campanha Auditoria Cidadã da Dívida realizou Seminário no II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no dia 4/2/2002, com a presença de Beverly Keene (Campanha Jubileu - Argentina), Sen. Eduardo Suplicy (PT/SP), Prof. Reinaldo Gonçalves, Marcos Arruda, Ivo Poletto, Maria Lucia Fattorelli e Valério Arcary. Na ocasião, foi lançada a cartilha “Auditoria Cidadã da Dívida”, elaborada pelo grupo de estudos da Auditoria Cidadã, com apoio de várias entidades. A Campanha também participou das atividades contra a ALCA, e contribuiu com a elaboração do Panfleto ALCA, amplamente reproduzido por várias entidades nos diversos estados.

Encontro Internacional de Guayaquil

Nos dias 9 a 11 de março de 2002, a coordenadora da Auditoria Cidadã, Maria Lucia Fattorelli, participou de Encontro Internacional promovido pela Campanha Jubileu, em Guayaquil, Equador. O encontro procurou organizar e mobilizar a Campanha na busca de uma alternativa à desrespeitosa proposta do FMI para a renegociação das dívidas dos países em desenvolvimento apresentada pela vice-diretora do FMI, Anne Krueger. Os participantes do Encontro assumiram que qualquer renegociação deve ser precedida de uma AUDITORIA DA DÍVIDA.

Boletins Auditoria Cidadã

A partir de maio de 2002, a Campanha Auditoria Cidadã passou a contar com boletim periódico, que buscou atualizar sistematicamente as informações sobre o processo de endividamento brasileiro, e divulgar as principais atividades realizadas pela Campanha. Até o momento foram editados 6 números, nos quais se fez um acompanhamento do orçamento público (comparando os volumes de recursos destinados à dívida e às áreas sociais) e das contas externas brasileiras. Os boletins também buscaram qualificar estes dados, através do acompanhamento dos fatos relevantes na conjuntura econômica recente.

Seminário Internacional “DÍVIDA: Uma Ameaça à Soberania”

Nos dias 29 e 30 de agosto de 2002, a Campanha Auditoria Cidadã realizou o Seminário Internacional

“DÍVIDA: Uma Ameaça à Soberania”, para debater, em conjunto com outros países da América Latina, uma alternativa à proposta de renegociação das dívidas apresentada por Anne Krueger, vice-diretora do FMI. Estiveram presentes: Oscar Ugarteche (Peru), Alberto Acosta (Equador), Beverly Keene (Argentina), Dércio Garcia Munhoz (UnB), César Benjamin (Consulta Popular), João Luiz Pinaud (Fac. Cândido Mendes), Antônio Martins (ATTAC), Marcos Arruda (PACS), Elias Antônio Jorge (Apubh), e Valdemar Servilha (UFMG). Especialmente para este evento, foi elaborado panfleto sobre o tema da renegociação da dívida, difundido amplamente junto ao público em geral. Também estiveram presentes no evento entidades sindicais, parlamentares, estudantes universitários e de diversos colégios de Belo Horizonte, além de representantes de diversos órgãos e entidades. No evento, foi elaborada a Carta de Belo Horizonte, lida e aprovada pelos presentes. No Seminário, foi proposta a elaboração de um livro e um vídeo sobre a questão da dívida.

Campanha Nacional contra a ALCA

Integrantes do grupo da Auditoria Cidadã participaram como palestrantes de vários eventos inseridos na Campanha contra a ALCA, dada a estreita relação entre este tema e o processo de endividamento. O UNAFISCO SINDICAL-BH, que sedia a Coordenação da Campanha da Auditoria, também auxiliou no Plebiscito Nacional sobre a ALCA, de 1º a 7 de Setembro, mantendo e apurando duas urnas, que funcionaram nas duas portarias do Ministério da Fazenda.

Livro: “Auditoria da Dívida Externa: Questão de Soberania”

Lançado no FSM 2003, o livro “Auditoria da Dívida Externa: Questão de Soberania” procurou aprofundar o tema da Auditoria da Dívida. Organizado por Maria Lucia Fattorelli, e editado pela Ed. Contraponto, o livro se constituiu de artigos de 15 especialistas de renome nacional e internacional: Eric Toussaint (Bélgica), Reinaldo Gonçalves (Brasil), Carlos Marichal (México), Beverly Keene (Argentina), Dércio Garcia Munhoz (Brasil), Kunibert Raffer (Áustria), Alberto Acosta (Equador), Alberto Amadei (Brasil), Arnaud Zacharie (Bélgica), Charles Abrahams (África do Sul), Oscar Ugarteche (Peru), Jaime Atienza Azcona (Espanha), Hugo Ruiz Diaz

(Paraguai), Marcus Gouvêa e Stella Pimenta (Brasil). Os artigos dos autores estrangeiros foram traduzidos pelo grupo da Auditoria Cidadã. Este livro, inédito no assunto, faz uma análise do endividamento externo dos países do 3º Mundo, ressaltando a necessidade da Auditoria. Exemplares à venda na Secretaria da Campanha Jubileu Sul (011-3341-0201), com Rosi.

Vídeo “Auditoria Cidadã da Dívida”

Foi elaborado o vídeo “Auditoria Cidadã da Dívida”, que procurou explicar, de forma didática, o tema do endividamento e suas inter-relações com as questões tributária, trabalhista, previdenciária e agrária. O vídeo contou com depoimentos de personalidades como João Pedro Stédile, Plínio de Arruda Sampaio, César Benjamin, Paulo Nogueira Batista Jr., Dércio Garcia Munhoz, Antônio Martins, Elias Antônio Jorge, Beverly Keene, Alberto Acosta, Valério Arcary, João Luiz Duboc Pinaud, Laura Tavares Soares e Frei Cláudio. Exemplares à venda na Secretaria da Campanha Jubileu Sul (011-3341-0201), com Rosi.

Cartilha “Justiça Fiscal e Social para reconstruir o Brasil”

O Fórum Nacional do Fisco (Fenafisco, Fenafim, Fenafisp, Sinait, Unafisco Sindical), Fisco Fórum/MG (AAIT, Anfip-MG, Sindifisco, Sindifisp-MG, Sinfisco, Unafisco-MG e Unafisco Sindical DS/BH), Cofecon, Attac, Sinal, Sinprofaz e a Campanha Jubileu Sul lançaram a Cartilha “Justiça Fiscal e Social para reconstruir o Brasil”, que relacionou as questões tributária, previdenciária, trabalhista e financeira com a dívida pública. O objetivo é divulgar para a sociedade estas questões, tão fundamentais para a construção de um país mais justo.

Análise dos contratos de endividamento externo disponibilizados pelo Senado Federal

O Grupo da Auditoria Cidadã da Dívida concluiu a análise dos 28 contratos de endividamento externo brasileiro disponibilizados pelo Senado Federal, do período de 1964 a 1972, e elaborou publicação com base nos mesmos, divulgada no FSM 2003, e disponível na página www.unafiscobh.com.br. Neles se destacam cláusulas de juros flutuantes (que dão ao credor o direito de aumentar unilateralmente os juros que pagamos a eles) e de renúncia à soberania, nas quais o Brasil se abdicou de sua condição de Estado Soberano no que se refere aos contratos de endividamento.

Fórum Social Mundial 2003

A Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida participou da organização, juntamente com a Campanha Jubileu Sul brasileira e de demais países da África, Ásia e América Latina, de seminários sobre Endividamento, ALCA, Militarização e Estratégias Frente à Dívida, que contaram com a presença de Adolfo Pérez Esquivel (Prêmio Nobel da Paz), Alberto Acosta, Cecília Chérrez, Aurora Donoso (Equador), Eric Toussaint (Bélgica), Hugo Ruiz Diaz (Paraguai), Oscar Ugarteche (Peru), Sandra Quintella, Brig. Ivan Frota, Ivo Poletto, César Benjamin, e Sérgio Miranda (Brasil).

Planejamento para 2003

Para 2003, a coordenação da Auditoria Cidadã planeja as seguintes atividades:

Questionamento junto à Corte Internacional de Justiça (em Haia-Holanda) das altas unilaterais das taxas de juros pelos credores

Será retomada a iniciativa de se recorrer à Corte Internacional de Justiça, em Haia, para que sejam questionadas juridicamente as altas unilaterais das taxas de juros internacionais pelos credores, no final de década de 70, que multiplicaram a dívida externa brasileira e dos demais países do Terceiro Mundo. Esperamos, com isso, retomar a discussão desse importante fato e abrir caminho para a anulação das dívidas dos países em desenvolvimento.

Solicitação ao Senado dos demais contratos de endividamento externo brasileiro

A fim de dar continuidade aos trabalhos de investigação dos contratos de endividamento externo brasileiro, solicitamos ao Senado Federal a disponibilização do restante desses contratos, visto que a pequena amostra já disponibilizada, analisada pelo grupo da Auditoria Cidadã, revelou um grande número de cláusulas lesivas ao país.

Estudos sobre a dívida interna

A Campanha Auditoria Cidadã da Dívida se aprofundará mais, nesse ano, nos estudos sobre o endividamento interno, intimamente ligado ao externo, e que influi fortemente no orçamento público, drenando a maior parte dos recursos orçamentários.

Somos credores, não devedores

Caso os credores internacionais não tivessem aumentado unilateralmente as taxas de juros no final da década de 70, teríamos pago a dívida em 1989, e ainda teríamos a receber mais de US\$ 100 bilhões

Na década de 70, o regime militar foi incapaz de forçar nossas classes dominantes a financiarem nosso desenvolvimento, como se deu nos países desenvolvidos, onde os mais ricos sempre foram taxados pesadamente. A opção dos governantes foi a de recorrer aos financiamentos externos (Cruz, 1995). Muitos dos empréstimos tomados não se reverteram em benefícios para o país, como no caso do Programa Nuclear, símbolo dos “elefantes brancos da ditadura”. Somente estes argumentos já seriam capazes de caracterizar nossa dívida externa como odiosa, visto que foi contraída contra os interesses da maioria da população. Supondo que os financiamentos externos tenham sido realmente necessários e bem aplicados, poderíamos dizer que a dívida externa seria legítima, e deveria ser paga?

Na década de 70, havia abundância de capitais no mercado financeiro internacional, e, assim, os bancos, apoiados pelo Fundo Monetário Internacional, na ânsia de aplicarem este dinheiro em algum lugar, estimularam os países em desenvolvimento – a maioria deles sob ditaduras – a tomar dinheiro emprestado, alegando que as taxas de juros eram baixas, na época em menos de 6% ao ano.

Estava feita a armadilha. Ao final da década de 70, quando todos os países em desenvolvimento estavam endividados, os credores aumentam as taxas de juros para mais de 20% ao ano. Se considerarmos as taxas de juros reais (descontando-se a inflação em dólar dos nossos produtos de exportação, com os quais pagamos a nossa dívida), estas taxas passaram de -2,7% ao ano, na década de 70, para 19,9% em 1981, 27,5% em 1982, e 17,4 em 1983 (Edwards, 1997, p. 35). Isto fez com que a dívida externa brasileira, desde então, não parasse de crescer.

De 1978 a 2002, o que pagamos de juros e amortizações da dívida (US\$ 684,7 bilhões) foi bem mais do que o valor recebido em empréstimos (US\$ 527,1 bilhões), o que não impediu que nossa dívida mais do que quadruplicasse, saltando de US\$ 52,8 bi para

US\$ 230 bi no período. Em suma: pagamos US\$ 157,6 bi a mais do que recebemos, o que significa transferência líquida de recursos para o exterior, e ainda sim nossa dívida externa se multiplicou por quase cinco!

O processo de endividamento não serviu para fazer o país se desenvolver, mas apenas para transferir dinheiro aos credores, o que prova que é completamente insustentável o argumento de que “se não pagarmos a dívida, não teremos mais financiamento, e assim não poderemos nos desenvolver”.

Mas o argumento central a ser desmascarado é o de que “se o país deve, então tem que pagar”. Mas realmente devemos?

Se os credores internacionais não tivessem, ilegal e traiçoeiramente, multiplicado as taxas de juros logo após nos estimularem - em conluio com o FMI - a tomar vultosos empréstimos, e as taxas de juros tivessem se mantido no patamar de 6% ao ano, o que enviamos para os credores desde então seria capaz de pagar toda a dívida em 1989, mesmo computando os empréstimos que recebemos após 1978.

E mais: não apenas não estaríamos devendo, mas também seríamos CREDORES, pois o que pagamos de 1990 até hoje aos bancos internacionais foi muito superior ao que recebemos de empréstimos no período.

Em suma, seríamos credores de uma dívida de mais de US\$ 100 bilhões.

A seguir, temos a tabela que descreve como a dívida evoluiu, o que pagamos de amortizações, juros, o que recebemos de empréstimos, e como a dívida teria evoluído caso as taxas de juros tivessem se mantido em 6%. Na simulação, o valor pago a mais de juros (além de 6% ao ano) pelo Brasil foi utilizado para se pagar o principal da dívida, e, a partir de 1990, tanto os valores correspondentes à dívida como os de juros devidos se tornam negativos, pois nos tornamos credores.

Dívida Externa Brasileira, 1978 – 2002, Efetiva e Projetada

Ano	Dívida Efetivamente Ocorrida					Dívida que ocorreria à taxa de juros de 6% ao ano.				
	Empréstimos (A)	Amortizações (B)	Juros Pagos (C)	Dívida no final do ano (D)	Transferência líquida para os credores (A-B-C)	Dívida no início do ano (E)	Empréstimos recebidos menos amortizações pagas (F=A-B)	Juros devidos (6%) (G=E x 0,06)	Juros efetivamente pagos (C)	Dívida no final do ano (E+F+G-C)
1978	15.389	-5.324	-2.696	52.800	7.369					
1979	11.991	-6.385	-4.186	55.803	1.421	52.800	5.606	3.168	-4.186	57.389
1980	13.315	-5.010	-6.311	64.245	1.994	57.389	8.305	3.443	-6.311	62.826
1981	16.782	-6.242	-9.161	73.963	1.380	62.826	10.541	3.770	-9.161	67.975
1982	12.451	-6.952	-11.353	85.304	-5.854	67.975	5.499	4.078	-11.353	66.199
1983	7.778	-6.863	-9.555	93.556	-8.641	66.199	915	3.972	-9.555	61.531
1984	8.768	-6.468	-10.203	102.040	-7.903	61.531	2.300	3.692	-10.203	57.320
1985	5.673	-8.491	-9.659	105.171	-12.477	57.320	-2.818	3.439	-9.659	48.282
1986	4.233	-11.547	-9.327	111.203	-16.641	48.282	-7.314	2.897	-9.327	34.538
1987	4.723	-13.820	-8.792	121.188	-17.889	34.538	-9.097	2.072	-8.792	18.721
1988	14.857	-15.226	-9.832	113.511	-10.201	18.721	-369	1.123	-9.832	9.644
1989	29.632	-33.985	-9.633	115.506	-13.986	9.644	-4.353	579	-9.633	-3.763
1990	3.127	-8.665	-9.748	123.439	-15.286	-3.763	-5.538	-226	-9.748	-19.275
1991	2.990	-7.830	-8.621	123.910	-13.461	-19.275	-4.840	-1.157	-8.621	-33.893
1992	30.835	-8.572	-7.253	135.949	15.010	-33.893	22.263	-2.034	-7.253	-20.916
1993	14.039	-9.978	-8.280	145.726	-4.219	-20.916	4.061	-1.255	-8.280	-26.390
1994	55.741	-50.411	-6.337	148.295	-1.007	-26.390	5.330	-1.583	-6.337	-28.981
1995	36.404	-11.023	-8.158	159.256	17.223	-28.981	25.381	-1.739	-8.158	-13.497
1996	32.597	-14.419	-9.173	179.935	9.005	-13.497	18.177	-810	-9.173	-5.302
1997	29.555	-28.714	-10.388	199.998	-9.548	-5.302	841	-318	-10.388	-15.168
1998	33.213	-31.381	-11.947	234.694	-10.114	-15.168	1.833	-910	-11.947	-26.192
1999	35.437	-48.627	-15.237	241.200	-28.426	-26.192	-13.189	-1.572	-15.237	-56.190
2000	36.109	-34.690	-14.649	236.157	-13.230	-56.190	1.419	-3.371	-14.649	-72.791
2001	41.265	-35.151	-14.877	226.067	-8.763	-72.791	6.114	-4.367	-14.877	-85.922
2002	30.188	-30.449	-13.130	229.228	-13.391	-85.922	-261	-5.155	-13.130	-104.468
Total	527.091	-446.220	-238.507		-157.636					

Fonte: Banco Central e elaboração própria

Para um maior aprofundamento, ver:

CRUZ, P. Davidoff (1995). Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do pós guerra. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.3, mar/95.

EDWARDS, Sebastian (1997). *Crisis and Reform in Latin America*. Washington, World Bank, edição em espanhol: *Crisis y Reforma en America Latina*, 1997, Buenos Aires, 433p.

Um balanço dos 8 anos de FHC

Nos 8 anos de FHC, pagamos US\$ 59,4 bilhões a mais do que recebemos dos credores internacionais, mas a nossa dívida externa subiu, de US\$ 148 bi em 1994 para US\$ 229 bi em 2002. Para realizar o Plano Real, o governo FHC abriu o país para as importações de produtos baratos do exterior, em sua forma de combater a inflação através do câmbio sobrevalorizado. Isto fez nossa balança comercial sair de um saldo de US\$ 10 bi por ano para um déficit de US\$ 5 bi anuais.

Para importarmos estes produtos, tivemos de nos endividar externamente, tanto em empréstimos convencionais, como no chamado “investimento estrangeiro direto”, que na verdade, significou, preponderantemente, a mera compra de empresas nacionais por empresas estrangeiras, não gerando maior capacidade produtiva, ou empregos para o país. Estes “investimentos” somaram cerca de US\$ 155 bi nestes 8 anos, e foram realizados principalmente por ocasião do processo de privatizações. Ou seja: vendemos o país para sustentar artificialmente, por apenas alguns anos, uma política que se propunha a “estabilizar” o país.

Porém, empresas compradas por estrangeiros passam a remeter lucros para o exterior, o que fez estas remessas aumentarem de US\$ 1,5 bi por ano na primeira metade da década de 90 para US\$ 5 bi atualmente. Os juros da dívida externa também aumentaram, de US\$ 10 bi para US\$ 15 bi. Apesar desta política de abertura comercial ter sido extremamente criticada, por gerar desemprego e endividamento, FHC continuou no mesmo rumo, repetindo todos os dias que “não havia alternativa”, e que os que pregavam a mudança da política cambial eram “irresponsáveis”. Para não se desmoralizar às vésperas da sua reeleição, FHC somente admitiu que estava errado no início do seu segundo mandato, quando fez o que considerava “irresponsável”: desvalorizou o câmbio, barrando finalmente as importações.

Portanto, o capital que entrou no país não gerou desenvolvimento, pois serviu apenas para cobrir o rombo em nossas contas externas. Observando as duas últimas colunas da primeira tabela a seguir, vemos que, nestes 8 anos, o

capital que entrou no Brasil na forma de empréstimos e investimentos (na conta de capital e financeira, na última coluna da tabela), no montante de US\$ 192 bilhões, foi quase totalmente devolvido para o exterior na compra de produtos e serviços importados, e nas nossas remessas de juros e lucros das multinacionais aqui instaladas (na coluna “Transações Correntes”, que somou US\$ 187 bi).

Para tentar atrair mais capital estrangeiro para fechar nossas contas externas, o governo aumentou as taxas de juros pagas aos credores da “Dívida Interna”, que, apesar do nome, serviu para o mesmo propósito da externa, ou seja, atrair investidores estrangeiros ao país, em condições privilegiadas. Com estas altas taxas de juros, a União, estados e municípios tiveram de pagar de juros da dívida interna, com dinheiro vivo do orçamento público, quase R\$ 160 bilhões nestes 8 anos (o chamado “Superávit Primário”), o que, em valores atualizados, chegaria a mais de R\$ 200 bi (na segunda tabela a seguir). Para fazer isso, o governo aumentou brutalmente a carga tributária, de 28,5% para 35,6% do PIB. Se esse aumento de impostos não tivesse sido destinado ao pagamento dos juros, teria sido possível a realização de uma completa reforma agrária no país, e ainda conceder casa, saneamento e condições mínimas de vida para todos os brasileiros.

Porém, este dinheiro não foi suficiente para pagar nem uma pequena parte dos juros devidos. O governo então se endividou mais para conseguir o dinheiro para pagar estes juros (e a variação cambial, que também aumenta a dívida interna) que, nestes 8 anos, somaram nada menos do que R\$ 722 bilhões, o que representou quase 10% do PIB do período (tudo que o país produziu), ou 30% de todos os impostos que pagamos nestes 8 anos, ou a metade do nosso PIB de 2002. Se não tivéssemos direcionado estes empréstimos para o pagamento de juros, mas para investimentos sociais, certamente teríamos resolvido a maior parte dos problemas que afligem hoje nosso país. Porém, isto não foi feito, e a dívida financeira se multiplicou. Se considerarmos somente a Dívida Mobiliária

Federal Interna, ela subiu de R\$ 118 bi em 1995 para R\$ 687 bi em 2002.

Em suma: após 8 anos, estamos completamente endividados, o desemprego triplicou, nossa estrutura produtiva está desnacionalizada, e estamos completamente

submissos às imposições do Fundo Monetário Internacional, que assim pode exigir qualquer coisa do atual governo, desde o já conhecido Superávit Primário até mesmo a Reforma da Previdência (que visa, na verdade, privatizá-la).

Transações do Brasil com o exterior (em US\$ milhões) – Período FHC – 1995 a 2002

Ano	Dívida Externa					Transações Correntes (1)	Conta de Capital e Financeira (2)
	Empréstimos	Amortizações	Juros	Transferência líquida para os credores	Estoque da Dívida Externa		
1995	36.404	-11.023	-8.158	17.223	159.256	-18.384	29.359
1996	30.772	-14.443	-9.173	7.156	179.935	-23.502	32.119
1997	29.766	-28.715	-10.388	-9.337	199.998	-30.449	26.089
1998	32.877	-31.587	-11.947	-10.657	234.694	-33.450	20.074
1999	35.437	-48.627	-15.237	-28.427	241.200	-25.420	14.277
2000	36.109	-34.690	-14.649	-13.230	236.157	-24.637	30.215
2001	41.265	-35.151	-14.877	-8.763	226.067	-23.213	27.925
2002	30.188	-30.449	-13.130	-13.391	229.228	-7.757	12.003
TOTAL	272.818	-234.685	-97.559	-59.426	-	-186.812	192.060

Fonte: Banco Central

Nota: Valores positivos significam entrada de recursos no país. Valores negativos significam saída de recursos do país.

(1) Inclui exportações/importações de produtos e serviços, remessas de juros e lucros, viagens internacionais e transferências unilaterais.

(2) Inclui empréstimos, investimento direto e em carteira.

Pagamentos de juros da dívida interna – União, Estados e Municípios

ANO	PIB (R\$ milhões)	Arrecadação de tributos do governo (R\$ milhões)	Carga Tributária (% do PIB)	Juros Nominais (R\$ milhões)	Participação (%) dos juros na arrecadação	Participação (%) dos juros no PIB	Juros pagos em dinheiro vivo – SUPERÁVIT PRIMÁRIO (R\$ milhões)	Dívida Interna Federal
1995	658.141	187.403	28,47	48.750	26,01	7,41	1.723	118.490
1996	778.820	218.559	28,06	45.001	20,59	5,78	-740	176.210
1997	870.743	252.813	29,03	44.923	17,77	5,16	-8.310	255.500
1998	913.735	271.752	29,74	72.596	26,71	7,94	106	324.000
1999	960.858	308.915	32,15	127.245	41,19	13,24	31.087	415.000
2000	1.086.700	358.017	32,95	87.442	24,42	8,05	38.122	516.100
2001	1.184.000	406.865	34,36	105.625	25,96	8,92	43.655	624.100
2002	1.337.652	476.570	35,63	190.640	40,00	14,25	52.364	687.300
TOTAL	7.790.649	2.480.894	-	722.222	29,11	9,27	158.007	-

Fonte: Banco Central e Receita Federal

Nota: Os juros nominais incluem a variação cambial.

A dívida externa dos EUA e a guerra no Iraque

Enquanto o Brasil paga sua dívida externa com recessão, desemprego e exportações, os EUA pagam a sua apenas com a manutenção de um mito: o dólar como moeda forte. Mito este defendido, se necessário, pela força das armas.

Os EUA são um gigante com pés de barro. Desde o início da década de 1970, os Estados Unidos apresentam déficit na sua balança comercial, ou seja, compram muito mais bens do exterior do que vendem. Somente em 2001, os americanos gastaram com importações US\$ 427 bilhões a mais do que ganharam com as suas vendas ao exterior, valor este equivalente a quase um PIB brasileiro (tudo que o país produz durante um ano). De 1975 a 2001, os americanos acumularam um rombo em sua balança comercial de nada menos que US\$ 3,653 trilhões (ver tabela). Atualmente, os gastos com petróleo respondem por boa parte deste rombo, uma vez que os EUA importam mais de 60% do combustível que consomem.

As remessas de estrangeiros residentes nos EUA para suas famílias também somaram uma quantia expressiva no período: US\$ 663 bilhões. Mas como os EUA conseguem cobrir todos os seus rombos com o exterior, que, somados, representaram quase US\$ 5 trilhões nestes 27 anos?

Um importante meio de conseguir isto é através da atuação das multinacionais americanas, que, de 1975 a 2001, enviaram para seu país de origem lucros de nada menos que US\$ 1,3 trilhão. Por esta razão, os americanos se esforçam tanto em impor acordos comerciais como a ALCA, que protegerá os investimentos de suas multinacionais em outros países, mesmo que esses últimos se sintam prejudicados por estes investimentos.

Outro meio que os americanos utilizam para cobrir este rombo é a venda de serviços para o exterior, que acumularam US\$ 945 bilhões no período, sendo US\$ 339 bilhões apenas com direitos de patentes. Por este motivo, os americanos também se esforçam tanto em aprovar acordos comerciais que disponham sobre serviços e propriedade intelectual, itens estes também incluídos na ALCA.

Mas como os EUA têm coberto os mais de US\$ 2 trilhões restantes do seu rombo com o exterior?

Aí está a chave do “sucesso” americano. Caso o FMI aplicasse aos EUA o seu tradicional receituário de ajuste das contas externas, imposto a todos os países em desenvolvimento (como o Brasil), mandaria Bush aumentar suas taxas de juros para mais de 20% ao ano (para atrair dinheiro para financiar o país), arrochar os salários dos americanos para desviar a produção americana para as exportações, cortar gastos públicos (por exemplo, tirando dos trabalhadores o direito à aposentadoria) para pagar a dívida, etc. O que levaria os EUA a uma crise sem precedentes, dado o tamanho de seu déficit externo.

Mas não. Os EUA recebem para o 3º Mundo, através do FMI, um remédio que jamais tomariam. Então, como eles cobrem o seu enorme rombo? Apenas com a manutenção de um mito: o dólar forte. Mantendo este mito, os americanos podem receber financiamentos externos, atraídos pela suposta “segurança” das suas oportunidades de investimento, pagando juros baixíssimos. De 1975 a 2001, os EUA receberam a mais do que enviaram, na forma de empréstimos, investimento direto e em carteira, a bagatela de US\$ 2,538 trilhões. Não por coincidência, hoje, a dívida externa líquida americana é de US\$ 2,7 trilhões, a maior do mundo.

E é isso, apenas isso, que há quase 30 anos mantém em pé o gigante com pés de barro. O mundo paga a conta do crescimento americano: o primeiro mundo emprestando dinheiro, e nós, no terceiro mundo, pagando os escorchantes juros da dívida eterna.

Desde 1944, quando foi prometido pelo governo americano que cada dólar seria conversível em quantidade fixa de ouro, o dólar funciona como moeda utilizada para trocas internacionais, com os diversos países do mundo mantendo, preponderantemente, esta moeda em

seus bancos centrais para a realização de transações com o exterior (exportações, remessas de lucros, juros, etc). Apesar desta promessa ter sido radicalmente descumprida em 1971, os EUA tramaram muito bem seu golpe. Quando esse país começou a imprimir mais dólares que a quantidade correspondente de ouro - o que representou o maior calote da história da humanidade - a maioria dos investidores do mercado financeiro internacional já tinha em seu poder aplicações em dólar, como títulos da dívida americana, por exemplo. De forma que não seria interessante a eles se desfazerem destas aplicações, nas quais detinham toda a sua riqueza. Se o fizessem, o preço do dólar cairia drasticamente, levando-os à ruína. Por este motivo, a credibilidade no dólar permanece até hoje.

Outro fator que mantém o dólar como moeda internacional são os constantes ataques especulativos contra as moedas dos demais países (principalmente os em desenvolvimento), que criam a necessidade dos bancos centrais comprarem grandes quantidades de “moeda forte” - isto é, o dólar - para se defenderem, valorizando ainda mais essa moeda. Assim, a credibilidade da moeda americana é realimentada como uma bola de neve.

Portanto, hoje, a única coisa que mantém os EUA de pé é a falsa credibilidade de sua moeda, ameaçada agora pelo Euro, a moeda única adotada por todos os países mais desenvolvidos da Europa, com exceção da Inglaterra. Recentemente, vários países começaram a trocar os dólares de suas reservas internacionais por Euros, como a China e o Irã (que trocou a maioria de suas reservas por Euros), enquanto membros do governo Russo cogitam em fazer o mesmo. O que ocasiona a desvalorização do dólar e a valorização do euro (devido à velha lei da oferta e da procura), ainda mais incentivada pelo estouro da “bolha” das falsas expectativas de lucros das empresas americanas em 2002. Com a credibilidade da moeda americana em baixa, e o surgimento de uma nova moeda aceita em trocas internacionais, os investidores estão deixando os EUA e se dirigindo à Europa.

Em 2000, o Iraque, que possui a segunda maior reserva de petróleo do mundo, também trocou suas reservas por Euros, o que obrigou os americanos a comprarem a moeda européia para importar petróleo iraquiano. Esta iniciativa do

Iraque pode ser um primeiro passo para a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) adotar, como única moeda aceita na compra de petróleo, o Euro, o que pode ser o tiro de misericórdia contra os EUA. Caso isto ocorra, os EUA teriam de comprar euros para importar petróleo, vendendo maciças quantias de dólares no mercado internacional, derrubando a cotação de sua moeda e valorizando drasticamente o euro. Os bancos centrais dos diversos países seriam também obrigados a converter suas reservas internacionais por euros, para poderem importar petróleo, e o mito do dólar forte cairia completamente por terra.

Mas os problemas dos EUA não parariam por aí. Atualmente, se o dólar se desvaloriza frente a outras moedas, os EUA continuam pagando o mesmo por um barril de petróleo, já que o preço do produto está denominado em dólares. Porém, se for adotado o padrão Euro para o preço deste combustível, qualquer desvalorização do dólar fará com que os americanos tenham de se comportar como qualquer país subdesenvolvido: tenham de pagar mais pelo produto.

Hoje, os EUA somente dispõem de um último recurso para reverter esta situação: a força militar. Por isto, utilizam-na de qualquer forma no Iraque, passando por cima da ONU e de muitos países, para reverter a opção de Saddam Hussein pelo euro, e ali instalar uma forte base militar, que poderia entrar em ação caso outros países da OPEP quisessem seguir o exemplo do Irã e do Iraque.

Mas o objetivo final americano é minar o poder da OPEP, evitando que esta adote o Euro. Como isso ocorreria? Hoje, a OPEP produz 25 milhões de barris por dia, e o Iraque, apenas 2, pois produz muito abaixo de suas capacidades. Caso os EUA dominem o Iraque, esse último poderia aumentar sua produção para 7 milhões de barris diários, ocasionando a perda de controle da OPEP sobre a produção mundial de petróleo. Ao mesmo tempo, os EUA teriam 44 anos de petróleo gratuito, que supriria quase metade de seu consumo, e o preço do produto no mercado internacional cairia fortemente, o que resolveria em grande parte o problema do rombo nas contas externas americanas, dando sobrevida aos EUA e a suas empresas, que teriam seus custos de produção fortemente reduzidos.

Mas o que tudo isso tem a ver com a nossa dívida externa?

Na hipótese dos EUA precisarem de se financiar para pagar os custos da guerra, ou mesmo no caso deles não conseguirem manter o dólar como moeda internacional, a ameaça é que esses repitam o que fizeram no final da década de 70, repassando os custos da crise do petróleo aos países em desenvolvimento: multipliquem a níveis estratosféricos sua taxa de juros, e rebaixem os preços dos produtos exportados pelo 3º Mundo, violando mais uma vez o Direito

Internacional, na tentativa de estancar a sangria de capital e proteger sua moeda.

Porém, o momento não é de previsões, mas de ação. Na verdade, tudo dependeria, como sempre, da nossa capacidade de nos articularmos politicamente, condenando a guerra, e as altas unilaterais das taxas de juros pelos EUA. Talvez assim, nossa dívida evapore com o dólar.

Balanco de Pagamentos dos EUA

ANO	TRANSAÇÕES CORRENTES								CONTA CAPITAL E FINANCEIRA			
	TOTAL	Balança de comércio	Balança de serviços			Lucros	Juros	Outras rendas	Transfe-rências Unilate-rais	TOTAL	Investi-mento Direto	Emprês-timos e Investim. carteira
			Royalties e Licenças	Outros serviços	TOTAL							
1975	18.116	8.903	3.828	-327	3.501	14.361	-1.574	0	-7.075	-22.533	-11.641	-10.892
1976	4.295	-9.483	3.871	-470	3.401	15.889	174	0	-5.686	-13.251	-7.602	-5.649
1977	-14.334	-31.091	4.416	-571	3.845	16.839	1.299	0	-5.226	18.435	-8.162	26.597
1978	-15.142	-33.927	5.214	-1.050	4.164	21.247	-838	0	-5.788	5.907	-8.159	14.066
1979	-284	-27.568	5.353	-2.350	3.003	31.826	-952	0	-6.593	-24.064	-13.345	-10.719
1980	2.317	-25.500	6.361	-268	6.093	28.511	1.562	0	-8.349	-23.204	-2.304	-20.900
1981	5.029	-28.023	6.634	5.217	11.851	25.651	7.252	0	-11.702	-26.822	15.571	-42.393
1982	-5.535	-36.485	4.808	7.522	12.330	27.355	7.809	0	-16.544	-31.292	8.079	-39.371
1983	-38.692	-67.102	4.835	4.499	9.334	27.630	8.756	0	-17.310	22.320	-2.156	24.476
1984	-94.344	-112.492	5.009	-1.589	3.420	26.882	8.181	0	-20.335	77.375	8.061	69.314
1985	-118.155	-122.173	5.508	-5.215	293	28.465	-2.742	0	-21.998	101.362	815	100.547
1986	-147.177	-145.081	6.712	-170	6.542	30.082	-12.818	-1.770	-24.132	118.284	11.425	106.859
1987	-160.654	-159.557	8.317	-443	7.874	38.612	-22.974	-1.344	-23.265	169.339	23.436	145.903
1988	-121.152	-126.959	9.538	2.855	12.393	46.295	-26.755	-852	-25.274	139.949	35.207	104.742
1989	-99.486	-117.749	11.290	13.318	24.608	54.936	-33.843	-1.269	-26.169	49.545	24.827	24.718
1990	-78.965	-111.034	13.499	16.674	30.173	62.523	-31.681	-2.292	-26.654	60.337	11.311	49.026
1991	3.746	-76.937	13.784	32.018	45.802	60.984	-34.119	-2.736	10.752	46.421	-14.718	61.139
1992	-48.516	-96.897	15.680	44.760	60.440	55.349	-29.068	-3.327	-35.013	96.253	-28.443	124.696
1993	-82.524	-132.451	16.663	46.997	63.660	59.303	-31.701	-3.698	-37.637	81.488	-32.588	114.076
1994	-118.244	-165.831	20.860	48.293	69.153	55.194	-34.091	-4.409	-38.260	129.933	-34.046	163.979
1995	-105.823	-174.170	23.370	54.412	77.782	64.942	-35.818	-4.502	-34.057	86.186	-40.974	127.160
1996	-117.821	-191.000	24.633	64.524	89.157	69.412	-40.765	-4.544	-40.081	137.173	-5.383	142.556
1997	-128.372	-198.119	24.067	66.287	90.354	72.373	-47.322	-4.864	-40.794	219.210	800	218.410
1998	-203.827	-246.696	24.391	55.372	79.763	65.545	-52.870	-5.060	-44.509	63.809	36.401	27.408
1999	-292.856	-346.022	24.293	59.492	83.785	75.009	-51.132	-5.739	-48.757	264.910	100.553	164.357
2000	-410.341	-452.423	23.492	50.250	73.742	88.862	-61.211	-5.869	-53.442	409.497	129.453	280.044
2001	-393.371	-427.165	22.309	46.566	68.875	102.595	-82.056	-6.157	-49.463	381.844	2.956	378.888
1975 a												
2001	-2.762.112	-3.653.032	338.735	606.603	945.338	1.266.672	-599.297	-58.432	-663.361	2.538.411	199.374	2.339.037

Fonte: Departamento de Comércio Americano – dados disponíveis no site <http://www.bea.doc.gov/bea/di1.htm>.

Para um maior aprofundamento, ver o site: <http://forum.webfin.com/dcforum/DCForumID1/8975.html>, que traz vários artigos sobre o tema.